

Brasília na lista de emergência

Frente Parlamentar elege a cidade como uma das três localidades brasileiras que precisam de cuidados imediatos

Marcello Xavier
Da equipe do Correio

A preocupação com a preservação de cidades tombadas como Patrimônio da Humanidade levou deputados federais de vários estados a criar a Frente Parlamentar de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Natural Brasileiro. A frente lançada na terça-feira da semana passada já identificou três localidades em situação emergencial. São elas: o Parque do Iguaçu (PR), Olinda (PE) e Brasília. "Duas questões nos levam a se voltar para Brasília: a primeira é a conclusão do projeto original, a segunda, a preservação do que já existe", diz o deputado Eduardo Campos (PSB-PE), que preside o grupo.

De acordo com Eduardo Campos, a Frente coletou várias denúncias de que recentes intervenções em Brasília vêm desrespeitando o projeto original de Lucio Costa. "Temos mantido contato com deputados de Brasília

nal da entidade, solicitou ao departamento regional em Brasília um levantamento detalhado sobre obras — como o Pier 21 e o Extra — que afetam as normas de tombamento da cidade. Dependendo do resultado final do estudo, sem previsão para terminar, o IAB pode solicitar à Unesco (organismo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) uma vistoria em Brasília. O instituto representa no Brasil a União Internacional de Arquitetos (UIA), que assessorá a Unesco nos assuntos relativos à arquitetura e urbanismo. E é responsável pela preservação da classificação da capital como Patrimônio Cultural da Humanidade. "Brasília é Patrimônio da Humanidade e como tal deve ser respeitada", defende Haroldo.

O presidente regional do IAB, Gilson Paranhos, engrossa o coro em defesa da cidade: "O Iphan tem razão em reclamar. Veja o exemplo do Extra. O Iphan está vindo a reboque. Houve uma alteração de uso ali, de área de saú-

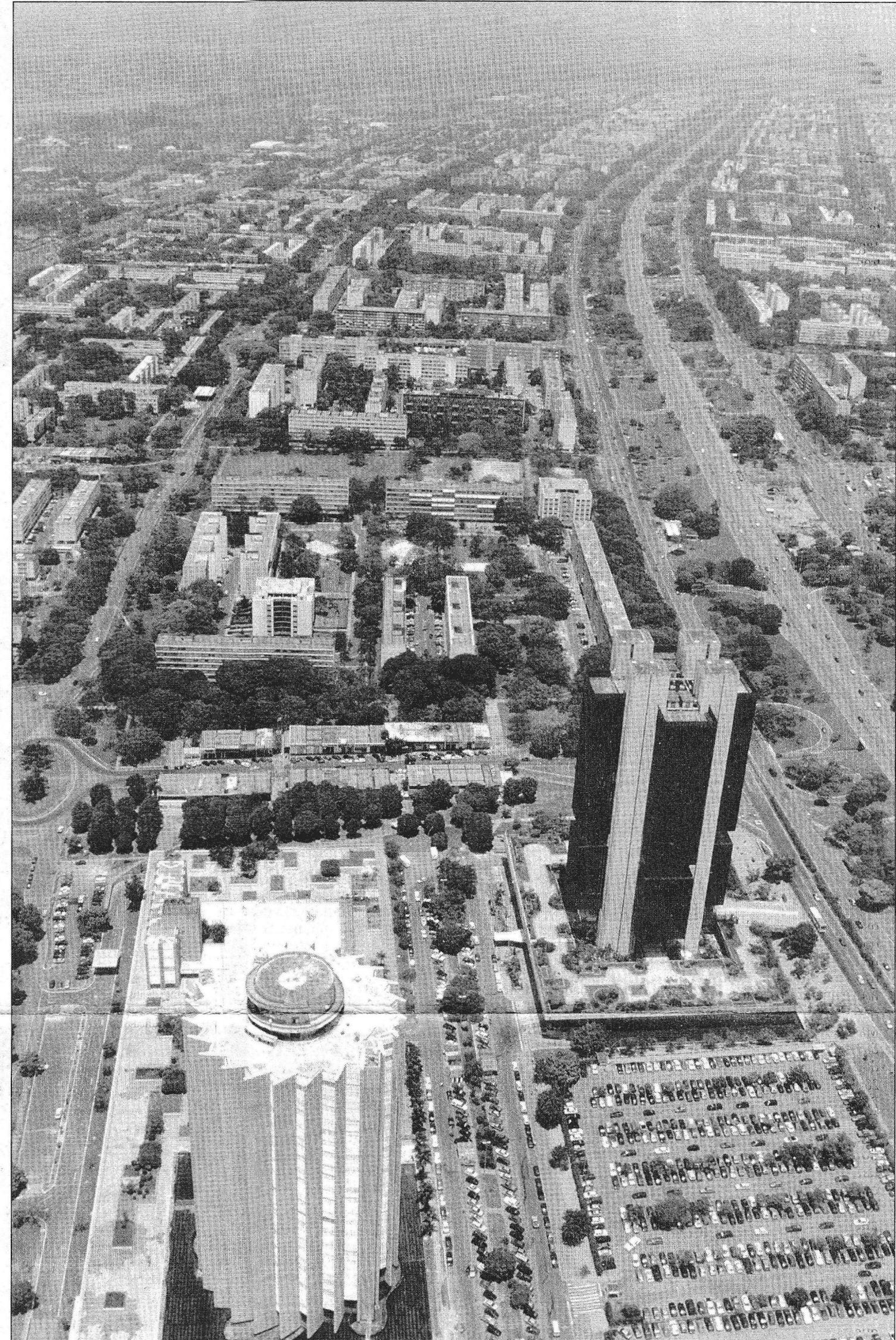
de para comércio. O relacionamento entre o Iphan e o GDF não está bom. E tinha de ser perfeito. Os dirigentes parecem que não acreditam na coisa técnica, levam tudo para o lado da política." E faz uma previsão tenebrosa: "Se continuarmos atropelando as normas do tombamento, ele vai deixar de existir."

O IAB regional planeja fazer cursos em Brasília para explicar a população o que isso significa para cidade. "Na nossa maneira de ver quem entende o tombamento passa a defendê-lo", acredita Gilson Paranhos. Na opinião do arquiteto, a população precisa estar ciente que a alta qualidade de vida da cidade se deve às normas de preservação. E acrescenta que é possível melhorar o espaço físico sem alterar essas normas.

Na opinião de Haroldo Pinheiro o governo pode tirar proveito da situação. "É uma vantagem formidável que um governante tem nas mãos. Por ser um bem tombado isso facilita na obtenção de empréstimos ou recursos a fundo perdido. O interesse internacional pela cidade se reflete também no turismo", defende: "É uma honra para uma cidade ser Patrimônio da Humanidade."

Os deputados da bancada do DF na Câmara Federal, além do senador José Roberto Arruda (PSDB), também estão de olho na questão. Os parlamentares reuniram-se na semana passada para falar dos problemas que

Tina Coelho



Frente Parlamentar, criada na Câmara Federal, está preocupada com a conclusão do projeto original e com a preservação do que já existe

afligem a cidade. Os recentes ataques à legislação de tombamento de Brasília dominaram as conversas. "Vamos encaminhar uma carta ao governador solicitando a revisão desses conceitos", disse Paulo Octávio (PFL).

SÉTIMO ANDAR

Sempre que se discute o tombamento de Brasília velhos problemas vêm à tona. Entre eles, o sétimo pavimento nos edifícios

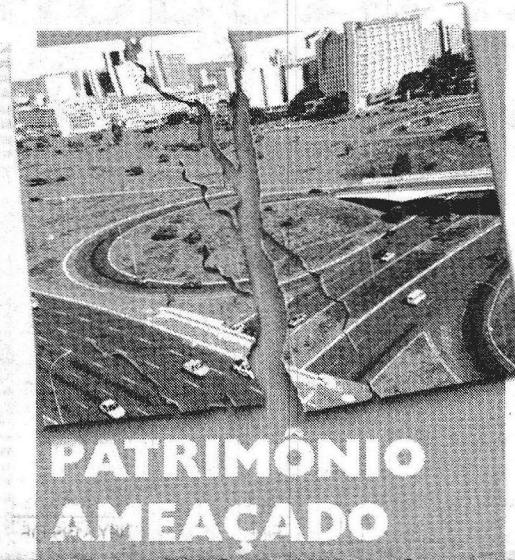
residenciais e a ocupação de áreas públicas por bares e restaurantes nas quadras comerciais do Plano Piloto. "Se o plano urbanístico da cidade prevê seis pavimentos, o sétimo foge dos parâmetros", afirmou Haroldo Pinheiro. O uso privado das coberturas é condenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) por fechar os gabaritos de construção.

"Não queremos colocar Brasí-

lia numa cristaleira. Só queremos lutar por um projeto que deu certo. Especulação é especulação", disse Haroldo Pinheiro. Mas a opinião dele não é compartilhada pelo presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF (Sinduscon), Márcio Edvandro Rocha Machado. "Se fala muito em especulação, mas não é isso que ocorre. Não há um sétimo pavimento. Mas áreas coletivas e pri-

vadas com equipamentos de lazer." Segundo ele, o sétimo pavimento é resultado de uma demanda de mercado.

Márcio Edvandro sustenta o argumento que o uso das coberturas não é ilegal. Segundo ele, o então Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Brasília permitiu a utilização dessas áreas de lazer. "Isso ocorreu um ou dois anos antes de Brasília ser tombada. É, portanto, um direito adquirido."



**PATRIMÔNIO
AMEAÇADO**